

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos doze de junho de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rainero Venturini para proferir o seguinte texto: Livro do Deuteronômio – Capítulo 32, versículos 1 a 4: “Escute, ó céu, que eu falarei. Ouça, ó terra, as palavras da minha boca. Desça como chuva meu ensinamento e minha palavra se espalhe como orvalho; como chuvisco sobre relva macia e aguaceiro em grama verdejante. Vou proclamar o nome do Senhor, e vocês engrandecem o nosso Deus. Ele é a Rocha, e sua obra é perfeita, porque toda a sua conduta é o Direito. É Deus fiel e sem injustiça: Ele é a Justiça e a Retidão.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Senhor Prefeito, dos Requerimentos, e da Indicação e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER n.º 043/2012 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar, que dá nova redação ao parágrafo único, do art. 130, da Lei Complementar n.º 4/1991 (Código Tributário do Município), depois de lido, foi o referido projeto encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; 2. Ofício SEGOV n.º 181/2012

dando resposta ao Requerimento nº 043/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar quem é o responsável pela Secretaria de Defesa Social no Município. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentadas as seguintes proposituras, lendo-se apenas as ementas: Requerimentos: 1. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando à Empresa Teikon – Tecnologia Industrial S/A informações sobre o encerramento das atividades no Município; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Outros solicitando ao Executivo Municipal informações referentes à construção das casas populares; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Outros solicitando ao Executivo Municipal agendar uma reunião nesta Casa de Leis, para esclarecimento a respeito da implantação da Zona Azul; 4. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à CPFL Jaguari troca das lâmpadas dos postes de toda a extensão da Avenida Emílio Marconato – Chácaras Primavera; 5. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações a respeito dos critérios adotados para multar bares e restaurantes da Cidade que obstruem calçadas. Indicação do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal melhorias nos vestiários, nas fechaduras e nas portas do Ginásio de Esportes do Parque Américo Tonietti, no Bairro Roseira de Baixo. Moções: 1. Do Sr. Edison Cardoso de Sá de congratulações e louvor ao Senhor Prefeito Municipal e a Secretaria de Assistência Social, pelo trabalho realizado nos sorteios das casas populares, nos dias 26, 27, 28 e 29 de maio corrente, no Teatro Municipal Dona Zenaide; 2. Do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Antonio Ferreira da Silva, ocorrido no dia 8 de junho de 2012, aos 64 anos de idade; 3. Do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Heitor Geribola, ocorrido no dia 9 de junho de 2012, aos 70 anos de idade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 000386/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 75.735,00; 2. Comunicado nº 002294/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 223.036,31; 3. Comunicado CM093841/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 64.680,00; 4. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF0Nº 028/2012 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 9.127,83; 5. Processo nº 006/2012 do Departamento de Finanças e Contabilidade referente ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente o mês de março de 2012; 6. Processo nº 007/2012 do Departamento de Finanças e Contabilidade

referente ao Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente o mês de abril de 2012; 7. Processo nº 008/2012 do Departamento de Finanças e Contabilidade referente ao Balancete mensal relativo à Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente o mês de abril de 2012. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando à Empresa Teikon – Tecnologia Industrial S/A informações sobre o encerramento das atividades no Município, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Outros solicitando ao Senhor Prefeito Municipal informações referente à construção das casas populares, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal agendar uma reunião nesta Casa de Leis, para esclarecimento a respeito da implantação da Zona Azul, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à CPFL Jaguari troca das lâmpadas dos postes de toda a extensão da Avenida Emílio Marconato – Chácaras Primavera, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações a respeito dos critérios adotados para multar bares e restaurantes da Cidade que obstruem calçadas, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Moção do Sr. Edison Cardoso de Sá de congratulações e louvor ao Senhor Prefeito Municipal e a Secretaria de Assistência Social, pelo trabalho realizado nos sorteios das casas populares, nos dias 26, 27, 28 e 29 de maio corrente, no Teatro Municipal Dona Zenaide, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 7. Moção do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Antonio Ferreira da Silva, ocorrido no dia 8 de junho de 2012, aos 64 anos de idade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr Heitor Geribola, ocorrido no dia 9 de junho de 2012, aos 70 anos de idade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por dez minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o

Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e disse que gostaria, primeiramente, de comentar a pesquisa encaminhada pelo “Todo Dia”, divulgado na região; ele disse que era triste ver um Prefeito candidato a uma reeleição com apenas trinta e oito por cento das intenções de votos, era para ver se tinha aquilo mesmo mas, era duro, ele via exemplos na região, Prefeito como de Pedreira foram reeleitos com mais de cinquenta e cinco por cento dos votos, Prefeito de Santo Antonio da Posse, idem, Prefeito de Indaiatuba, idem, Americana, idem, enfim, o Prefeito da Cidade, infelizmente, com trinta e oito por cento, eles sabiam que era menos que aquilo, mais estava bom, era para dar trinta e oito por cento ainda e disse que era pouco para um Município onde se falava que Jaguariúna merecia mais, ele não sabia onde estava dando mais porque o que via era sempre menos, a começar pelos recursos do Município; o que se falava em todas as Secretarias era que não tinha dinheiro para nada, estavam na metade do mês, não havia pago nem os cinco por cento que foi aprovado na Casa, retroativo a março, não foram pagos os funcionários, aquele recurso que eles sabiam o quanto faltava no orçamento do funcionalismo; ele, conversando na noite anterior, na Audiência Pública, o Secretário falou que não seria fácil pagar naquele mês, os cinco por cento de aumento para o funcionalismo retroativo a março, ainda para o mês de junho, porque o mês de junho tinha o décimo terceiro e estavam dando o que fazer para fechar as contas para pagar o décimo terceiro no mês de junho, metade do décimo terceiro; então, para aqueles que falavam que Jaguariúna era fácil de administrar porque tinha recurso e um bom Orçamento; menos de três anos caiu por terra tudo aquilo, onde se via que quem administrava era quem sabia, quem não sabia brincava de ser Prefeito, brincava de tirar foto, enfim, eles ficavam tristes porque Jaguariúna não merecia aquilo, merecia sim, dar continuidade ao desenvolvimento que vinha acontecendo e não o Município ficar sendo sucateado a cada dia; infelizmente, a folha de pagamento inchada fazia com que no Município não sobrasse dinheiro para investimento em todas as áreas; ele dizia inchada porque se fosse para reparar, antigamente, a Prefeitura se localizava na esquina da Rua Alfredo Bueno, lá era o prédio onde se instalava toda a Prefeitura, acabou pegando o Amâncio, dobrou de tamanho, faltou lugar para colocar a quantidade de funcionários que tinha, alugou um monte de prédios e ainda estava faltando para pessoas ter local e sala para trabalhar; disse que, infelizmente, aquilo era fruto de um cabide de emprego que fazia com que poucos ganhassem e, a grande maioria perdesse; infelizmente, era aquilo que acontecia no Município no momento; mas estava bom, trinta e oito por cento da população estava contente com a Administração, ele não sabia onde mais tinha

que ficar ciente que muita coisa estava errada e, realmente, tinha que divulgar para a população; disse que se falava tanto da Farmácia Popular que, na noite anterior teve uma senhora que tinha que tomar um remédio de urgência, foi na Farmácia Popular e não tinha conseguido, infelizmente, teve que procurar um Vereador e o Vereador teve que correr atrás para conseguir a medicação que chegaria na Prefeitura dali trinta dias, aquilo, realmente, era uma pouca vergonha ver o Município naquela situação; agora, Melhoral, Novalgina, Coristina, aquelas coisas tinham e bastante; infelizmente, a grande medicação que a população necessitava tinha que tocar a correr e esperar e comprar, junto ao comércio local porque esperar pelo Município morria, assim como muitos idosos morreram em virtude daquela alimentação que era dada aos idosos para que tivesse a alimentação intra-venosa, mudaram a medicação, compraram a alimentação, algo de qualidade inferior e muitos e muitos idosos morreram em virtude disso; enfim, pouco se falava disso, se falava apenas de Parque Linear, de transporte a um real, ele voltava a dizer, um real para quem gostava de divulgar aquilo porque, na verdade, estavam pagando dois e setenta e era três e trinta, então, o dinheiro que pagava as empresas saía da Educação, da Saúde, enfim, de um monte de Secretarias que, realmente, desempenhavam um papel importante para o Município e, no momento, uma grande empresa estava recebendo por isso, fora o roubo que se via no Município, a quantidade de roubo que se falava, enfim, ele achava que um dia viria tudo à tona e eles poderiam esclarecer, ele voltava a dizer, para quem tinha bastante recurso de como vinha anteriormente e que fazia escolas, creches, asfaltos, trocava redes de água, trocava rede de esgoto, mexia no saneamento básico, trocava iluminação pública e ainda sobrava uns “troquinhos” para comprar a Fazenda da Barra e outras coisas e, no momento, não tinha dinheiro para nada; disse que, infelizmente, cabia a poucos “baba ovos”, que eles sabiam que eram pagos pelo Governo, para poder aplaudir aquilo que, realmente, estava sendo feito pelo Município, infelizmente, era aquilo que eles viam; então, ele gostaria, realmente, de dizer que aquilo era triste, de ver o Município naquela situação, poucas pessoas sendo beneficiadas por salários de assessores e cargos de confiança, sendo que aquelas pessoas estavam levando o Município à bancarrota; falar que o Município tinha dinheiro era fácil, agora, administrar, sentar na cadeira e colocar o dedo na ferida e resolver o problema era difícil, porque não tinha argumento, não tinha peito para poder encarar os partidos políticos da qual o Município foi loteado e cabia à figura do Prefeito, realmente, ser só uma figura ilustrativa, assim como nos desenhos animados; disse que voltaria a falar um pouquinho mais de coisa séria, ele queria solicitar

aos Vereadores e ao Executivo que encaminhasse o mais breve possível, a lei de tombamento para a Casa, pelos menos discutir porque pessoas ligadas à área estavam cobrando e ele falou mais uma vez que, até então, não tinha vindo nenhuma legislação para eles e disseram que o Executivo iria encaminhar, ele esperava que o Executivo encaminhasse o mais breve possível aquilo para poder discutir e que o projeto não fosse aprovado de forma atropelada; agradeceu e encerrou; a seguir, usariam a palavra os Vereadores Edison Cardoso de Sá e o Vereador Fábio Augusto Pina que a passaram; tomou a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite à todos e disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto que ele estava errado na fala dele, porque as empresas não estavam recebendo, a empresa do ônibus não recebia havia quatro meses e ela fazia um desafio público, iria convocar e contava com os nobres Pares, o dono da FAJ e o dono da empresa de ônibus para ver se tinha recebido nos últimos cinco meses, e não receberam, então, quando eles faziam requerimento, disse ao Presidente, para melhorar horário, para melhorar ônibus, sabiam o que ele respondia? “faz cinco meses que eu não recebo”, e o pior, alguém poderia achar que era boato, mas na noite anterior o Secretário de Finanças havia confirmado naquela Casa que há cinco meses não se pagava empresa de ônibus; na noite anterior o Secretário de Finanças confirmou que há cinco meses não se pagava a faculdade do Pro Uni, então não era fofoca, ela queria, disse ao Presidente que eles colaborassem com ela para convocar gentilmente, o dono da faculdade e o dono da empresa Metrópolis para ver se estavam recebendo ou não, fora todo mundo que não recebia, ela disse ao Alfredo Chiavegato Neto que estava errado, a empresa não recebia, mas se ela mantinha o serviço era porque no futuro ela teria uma compensação e por isso não se colocava uma lei que eles votaram do GPS e a catraca porque no domingo iriam ganhar um torneio olímpico de vira catraca porque tinha ônibus que virava a catraca total, e a Prefeitura pagava, e que pagava, ninguém fiscalizava! E virava catraca, virava catraca, virava catraca, virava catraca e virava catraca e ninguém pagava, mas algum dia alguém iria pagar; então, ela achava que o Vereador Alfredo Chiavegato Neto deveria mudar as palavras dele, a senhora tinha razão de dar risada porque ele mentia quando falava que a empresa recebia e a empresa há seis meses não recebia; então, eles não poderiam cobrar um serviço de alguém que não recebia; disse que achava que eles tinham que entender porque a FAJ, que não era banco e a Metrópolis que não era banco, sustentava a Prefeitura sem receber há seis meses, qual era o intuito deles, e porque não pagava aquilo? Por que não se pagava o ônibus? Porque senão, disse aos nobres colegas, faziam o papel de bobo o dia inteiro,

ela pedia desculpas e respeitava aquela Casa mais poderiam colocar “Casa de bobos”, porque votavam o aumento de cinco por cento dos funcionários retroativos há dois meses e não se pagava e que o Presidente do Sindicato estava, ela disse que não, era mentira, porque não tinham mais Presidente, ele foi contratado pela Prefeitura, era outro Presidente no momento, o Amaro não era mais o Presidente; eles votavam e o funcionário contava com uma merreca de cinco por cento e também não recebia nem cinco por cento, iria receber, mas já era para ter recebido, e diga aquilo de passagem que quem tinha visto aquilo foi o Vereador Alfredo Chiavegato Neto no projeto de lei; então, era fato, era fato, os funcionários públicos não receberam e não iriam receber no mês de junho os cinco por cento retroativos, não iriam receber e foi confirmado pelo Secretário e corria o risco de não receber parcela do décimo terceiro que o Secretário havia confirmado na Casa que não estava preparado aquele dinheiro e que estavam tentando raspar o tacho, e aí, de repente, ligava para a fiscalização, ela achava que alguém levantava o telefone, “precisamos arrecadar”, e o fiscal saía multando todo mundo, como o nobre colega Vereador Antonio Mauricio Hossri havia colocado a Mingui Aliche, os restaurantes, os bares que as mesinhas estavam para fora, que o cartaz estava para fora, começavam a multar todo mundo, a única coisa que ela não via multar, disse ao Vereador Airton Braulino Jorge, era a festa do futuro candidato dele que acontecia no Cruzeiro do Sul todo final de semana, aquela nunca multava, nem alvará tinha, de um pré candidato deles; se fosse para fiscalizar era para fiscalizar tudo, o desespero por dinheiro era tão grande que estava tentando multar empresas que há anos trabalhavam na Cidade com comércios que não tinham circunstâncias, então, aquilo não se tratava de boatos, tratava de fatos; um: não se pagava empresa de ônibus há cinco meses; dois: não se pagava a faculdade há quatro meses; três: não pagava o funcionário retroativo há dois meses, os cinco por cento, e ela achava, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, Vereador Fábio Augusto Pina e Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que eles deveriam ajudar o funcionário público para entrar na justiça pelo artigo quatro, sete, sete, da CLT, que atraso de pagamento era um salário a mais, já que o Sindicato, porque o Amaro estava preocupado com outra coisa, ela achava que eles poderiam fazer aquilo, porque quando atrasava o pagamento a Justiça, estavam lá o Doutor Fábio Augusto Pina e a doutora Gisele, falava no artigo quatro, sete, sete, que caberia mais um salário, então, aquilo não era fofoca, tinha funcionários que não estavam recebendo, a questão era aquela, se não estavam pagando ônibus, pagando a FAJ, pagando os cinco por cento de aumento, onde estava o dinheiro? Onde estava indo o Orçamento?

Ela falava antes de ir até aquela Tribuna falar aquilo, ela não perguntou nem para a mãe dela, nem no Facebook, nem na China, ela perguntou para o Secretário de Finanças que esteve na noite anterior na Casa, não era fofoca, ele havia confirmado e o Doutor Airton Braulino Jorge era testemunha; o Doutor Airton Braulino Jorge que era da base era testemunha, o Secretário de Finanças tinha falado naquela Casa que tinha dívidas que o telefone não parava de tocar porque a Prefeitura não pagava mais ninguém, que a FAJ estava sem receber, como poderia ser isso? Onde estava indo os milhões? Onde estava indo aquele dinheiro? Disse que queria entender, porque tinha pessoas que contavam com aquele aumento de cinco por cento, de cinquenta, oitenta, cem reais e não tinha vindo e não viria em junho e nem julho, então, ela queria que alguém explicasse porque não era uma crítica destrutiva era uma crítica de alguém que estava sem planejamento; comentou que falaram para os Guardas Municipais que o Estatutário seria bom e mudou, falaram para as pajens que seriam bom e estava mudado, ela lançava um desafio e disse ao Presidente que ela falaria lá, se fosse apresentado o depósito da FAJ dos últimos três meses e o depósito da empresa Metrópolis, ela renunciava o cargo da Câmara, aquilo não foi pago, o Secretário havia confirmado na noite anterior, o resto era lorota de boate, ela não iria ver se esse ou aquele, ela achava que tinha que receber, tinha que receber como também, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto como poderia ser, a merenda todo mês ficava do mesmo jeito, ou seja, ela iria explicar rapidamente, disse ao Presidente: a merenda há um mês custou dez reais, dez mil, ela não sabia o valor, no outro mês que foi emendado dois feriados que não teve aula quinta, sexta, sábado, domingo e segunda ficava o mesmo valor, as crianças não tinham comido? O mês que emendava, se tinha trinta dias dava um valor, se tinha vinte dias de merenda dava o mesmo valor, então eram coisas concretas que alguém tinha que explicar, ela não negava fogo, era só marcar dia, horário e local que ela estaria lá para ver as provas; desejou boa noite à todos; a seguir tomou a palavra o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que desejou boa noite à todos e disse que falaria novamente sobre o requerimento que fez na semana passada perguntando quem era o responsável pela segurança na Cidade porque, infelizmente, tiveram mais um assassinato na Cidade, a Cidade estava assustada em relação aos ocorridos, como foi falado, furtos e roubos estavam virando uma rotina, então, mais uma vez ele reforçava o requerimento o mais rápido possível quem estava sendo o responsável pela segurança na Cidade; sobre o tombamento como o Vereador Alfredo Chiavegato Neto havia falado, ele também estava sendo cobrado, quase que, semanalmente, pelo Tomaz que era um dos maiores incentivadores do Patrimônio Público da Cidade, ele pedia

encarecidamente que aquele projeto viesse para a Casa para que pudesse dar, pudesse concretizar aquele Patrimônio Histórico tanto almejado para aqueles que sonhavam com aquilo; parabenizou ainda aos namorados, aos maridos, às mulheres pelo dia e que o amor pudesse prevalecer entre todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 022/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, apresentando as seguintes emendas: Emenda nº 01 – alterando o Art. 22 do referido projeto, onde passou a ter a seguinte redação: “Art. 22 – O Executivo poderá contratar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício.” Emenda nº 2 – alterando os incisos II e III do Art. 23 do referido projeto, onde passou a ter a seguinte redação: “... II – abrir créditos suplementares e específicos até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento da despesa; III – realizar remanejamentos, transposições e transferências até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento da despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.”; Emenda nº 03 – alterando o art. 24 do referido projeto, onde passou a ter a seguinte redação: “Art. 24 – O Poder Legislativo é autorizado a abrir créditos suplementares, remanejamento, transposições e transferências até o limite de 15%(quinze por cento) de seu orçamento da despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.” Emenda nº 04 – remanejando o recurso da ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da seguinte rubrica, que passa a ter esta descrição: “0001 – Prefeitura Municipal de Jaguariúna - R\$ 7.100.000,00; 020901 – Obras e Serviços; 2024 – Manutenção de Praças, Parques, Jardins e Instalações Públicas; 15 – Urbanismo; 452 – Serviços Urbanos; 01 – Tesouro; 00 – Recursos Ordinários; 3- Despesas

Correntes; e Suplemente-se a rubrica abaixo que passará a ter a seguinte descrição: 0001 – Prefeitura Municipal de Jaguariúna: R\$ 10.000.000,00; 020901 – Obras e Serviços; 1071 – Pavimentação Asfáltica da Estrada Amadeu Bruno – JGR Nº 2; 15 – Urbanismo; 452 – Serviços Urbanos; 01 – Tesouro; 00 – Recursos Ordinários; 3- Despesas de Capital”; Emenda nº 05 – “Remanejando-se o recurso da LDO 2013 – Quadro Percentual – Despesas, na Ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) da Secretaria de Turismo e Cultura, a qual passará a ter o orçamento para o ano de 2013, no valor de R\$ 8.577.640,00 (oito milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos quarenta reais), 3,40% (três vírgula quarenta por cento) e suplemente-se a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, na ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), a qual passará a ter o orçamento para o ano de 2013, no valor de R\$ 5.048.040,00 (cinco milhões, quarenta e oito mil e quarenta reais), 2,00% (dois por cento).” A seguir foram apreciadas as referidas emendas contidas no Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade: Emenda nº 01 – alterando o Art. 22 do referido projeto, onde passou a ter a seguinte redação: “Art. 22 – O Executivo poderá contratar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício.” Em discussão e votação, a referida emenda recebeu o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, e quatro votos contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini e Rita de Cássia Siste Bergamasco; havendo empate na votação, o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno combinado com o art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, sendo que o mesmo votou contrário à referida emenda, que teve o seguinte resultado final: cinco votos contrários e quatro favoráveis, sendo a mesma rejeitada; Emenda nº 2 – alterando os incisos II e III do Art. 23 do referido projeto, onde passou a ter a seguinte redação: “... II – abrir créditos suplementares e específicos até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento da despesa; III – realizar remanejamentos, transposições e transferências até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento da despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, pedindo uma atenção àquela emenda por parte dos nobres Pares para que eles pudessem votar favoráveis a ela, porque ela reduzia a verba de remanejamento que o Prefeito tinha para

alterar o orçamento para o ano que viria, e que nem sabiam que prefeito que seria, e quem iria entrar no próximo governo; disse que queria que essa redução de quarenta por cento fosse de cinco por cento, ou seja, o prefeito iria ter dez milhões, ou melhor o orçamento era de duzentos e cinquenta milhões e ele iria ter doze milhões e meio para remanejar e qualquer remanejamento fora disso seria solicitado através da Câmara Municipal, onde eles poderiam discutir para onde seriam encaminhados os recursos do Município, porque do jeito que estava ficava o prefeito com uma carta branca para fazer o que bem quisesse com o orçamento; disse ao Tato, cidadão presente na assembleia, que eles tinham feito a emenda que canalizava o recurso para a estrada municipal lá do Amadeu Bruno, que iria beneficiar todo o bairro lá, Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim e Floresta, e que era a próxima emenda, e que se eles não reduzissem o orçamento de quarenta por cento para cinco, o valor que estava ali disponibilizado para eles, o prefeito que entrasse no governo posterior podia pegar o recurso e encaminhar para qualquer outra secretaria, e por isso que estava falando e pedia o empenho dos nobres pares para que eles mantivessem essa emenda e que no orçamento posterior, o Prefeito executasse a obra que era tão necessária para aquela região; disse esperar que os nobres pares votassem favoráveis à emenda. A seguir, em votação, a referida emenda recebeu o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, e quatro votos contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini e Rita de Cássia Siste Bergamasco; havendo empate na votação, o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno combinado com o art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, sendo que o mesmo votou contrário à referida emenda, que teve o seguinte resultado final: cinco votos contrários e quatro favoráveis, sendo a mesma rejeitada; Emenda nº 03 – alterando o art. 24 do referido projeto, onde passa a ter a seguinte redação: “Art. 24 – O Poder Legislativo é autorizado a abrir créditos suplementares, remanejamento, transposições e transferências até o limite de 15%(quinze por cento) de seu orçamento da despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.” Em discussão e votação a referida emenda recebeu o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, e quatro votos contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini e Rita de Cássia Siste Bergamasco; havendo empate na votação, o Sr. Presidente teve direito a voto em

conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno combinado com o art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, sendo que o mesmo votou contrário à referida emenda, que teve o seguinte resultado final: cinco votos contrários e quatro favoráveis, sendo a mesma rejeitada; Emenda nº 04 – remanejando o recurso da ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) da seguinte rubrica, que passa a ter esta descrição: “0001 – Prefeitura Municipal de Jaguariúna - R\$ 7.100.000,00; 020901 – Obras e Serviços; 2024 – Manutenção de Praças, Parques, Jardins e Instalações Públicas; 15 – Urbanismo; 452 – Serviços Urbanos; 01 – Tesouro; 00 – Recursos Ordinários; 3- Despesas Correntes; e Suplemente-se a Rubrica abaixo que passará a ter a seguinte Descrição: 0001 – Prefeitura Municipal de Jaguariúna: R\$ 10.000.000,00; 020901 – Obras e Serviços; 1011 – Obras de Pavimentação Asfáltica da Estrada Amadeu Bruno – JGR Nº 2; 15 – Urbanismo; 452 – Serviços Urbanos; 01 – Tesouro; 00 – Recursos Ordinários; 3- Despesas Correntes”; Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, novamente, dizendo ao Tato que aquele era o recurso disponibilizado de dez milhões para fazer a obra, e mais uma vez iria falar para ele que eles iriam figurar ali e tentar fazer politicamente o jogo que ele tinha visto, que eles iriam disponibilizar o recurso, mas se amanhã ou depois o Prefeito se ele quisesse, o Prefeito que fosse, não executasse, ele poderia remanejar, enfim... Disse que se tivessem votado anteriormente emendas reduzindo o poder do Prefeito remanejar o orçamento, com certeza, esta obra teria que ser executada, não poderia gastar o dinheiro em outro recurso, em outra rubrica, mas tinha certeza que agora a votação seria unânime; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse que discordava da colocação, porque o prefeito que tivesse, fosse ele quem fosse que ganhasse as eleições, se ele tivesse vontade política ele faria, e que era uma questão de vontade de chegar lá e fazer, da necessidade que tinha lá; disse que se o Gustavo ganhasse as eleições, aí havendo o compromisso, e eles iriam lá cobrar isso, se o Tarcisio ganhasse as eleições, ficava ali a responsabilidade dele fazer, estava nas mãos dele; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de fazer ao Sr. Edison uma perguntinha: o Gustavo já era candidato? A seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que, pelo que sabia, foi o atual Governo que enganou toda a população, dizendo que asfaltaria até o final daquele mandato aquela estrada, e que não tinha sido o Prefeito que tinha estado lá dizendo que precisaria de verba estadual ou federal, que iria tentar conseguir até o final do ano para executar a

obra, e pelo que ele se lembrava, também, eles estiveram em reunião com o Executivo, no gabinete, onde ele tinha solicitado, realmente, que se fizesse essa emenda junto ao orçamento, para que, possivelmente, tal obra saísse nos próximos quatro anos, e que estavam tentando ajudar cumprir uma promessa de campanha do atual Governo, porque até aquele momento... como mais uma não cumprida, ficava aí a vontade deles de realizar, porque sabiam da eminência dessa obra para a população; disse ao Tato que esperava que o que eles puderam fazer, eles fizeram, e que ele sabia, era testemunha disso, que fizeram de tudo para chegar ao êxito para que a obra saísse, pelo menos no ano que viria, mas se não saísse ficava aí o trabalho da Câmara feito e o comprometimento do futuro Prefeito em executá-la, haja visto que o recurso estava destinado; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rainero Venturini que cumprimentou a todos, dizendo achar que até aquele momento tinham ouvido muita bobagem (houve manifestações na assembleia), e que os bairros Santo Antonio do Jardim, Floresta, Bom Jardim estavam lá há trinta anos quase, ou por aí, (houve, novamente, manifestações na assembleia), e que achava que era muita conversa que foi feita, e muitos governos passaram por lá e não enxergaram que lá tinha gente igual tinha no centro, e eles pagavam imposto igual ao que ele pagava, eles tinham os mesmos direitos, era como um pai quando punha dez filhos, ele tinha que dar o mesmo para os dez, e não dividir; disse que se se montasse um bairro, tinha que dar infraestrutura, ou não montava, porque fazer o filho qualquer um fazia, queria ver criar e educar; (houve manifestações na assembleia); disse que achava que tinha parar de brigar, e fosse o governo que fosse, lutasse pelo povo, porque fazer política, prejudicava o povo, e que ele não estava nem aí com quem era governo, ele fazia o seu trabalho, e votava nele quem quisesse, e agradeceu; (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu a palavra, novamente, a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao Colega Renê, que jurava por Deus, que chegava a arrepiar as palavras dele, chegava a arrepiar, a sensibilizava, e que concordava com ele, que ele trabalhava para a população e para o governo, e um “munck” de mãe sempre tinha que ajudar, e exclamou: “Viva o “munck” do Brasil!”; (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu, mais uma vez, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, e disse ao nobre Colega Renê que ele sabia, realmente, que o bairro lá tinha sido feito de forma irregular há muito tempo atrás, e que ele sabia disso, e que ele deveria saber, também, que no último Governo tinham levado água para o bairro, porque nem água tinha, iluminação pública, e perguntou se o Vereador confirmava; foi levado escola, foi alargada toda a estrada que foi prometida ser

asfaltada, foi feita toda a desapropriação, a estrada estava alargada até lá, que era a parte mais difícil de se fazer; e havendo manifestações na assembleia, ele repetiu que a estrada foi “alargada”, “alargada”, “alargada”, e que largada estava a Cidade e a estrada foi alargada; disse que ele sabia muito bem que todos os recursos, todos esses recursos foram destinados para os bairros que sabiam que morava gente lá, e não era uma questão de política, e que teve gente que fez política com esse tipo de obra e até aquele momento não executou, mas que tinha recurso e tinha meios de fazer um pouquinho por ano, pelo menos essa estrada principal, até chegar onde sabiam que era o destino dela, isso poderia ter sido feito, era que, realmente, não houve competência para se fazer nenhum tipo de obra no Município, e que sabia disso; voltou a dizer que, realmente, ali era um bairro que estava, realmente, largado, sem o mínimo de atenção por parte do Poder Público, não tinha nem água, e feito de uma forma irregular, justamente, há mais de trinta anos, e que se não se enganava o bairro era de oitenta e dois, e cabia aí, justamente, o Poder Público levar os investimentos e assim como foi prometido levar, e que não foram eles que prometeram, enfim, quem estava lá que estava tentando cumprir a promessa, e eles estavam tentando ajudar. A seguir, em votação foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 05 – “Remanejando-se o recurso da LDO 2013 – Quadro Percentual – Despesas, na Ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) da Secretaria de Turismo e Cultura, a qual passará a ter o orçamento para o ano de 2013, no valor de R\$ 8.577.640,00 (oito milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos quarenta reais), 3,40% (três vírgula quarenta por cento) e suplemente-se a Secretaria de Juventude, Esporte E Lazer, na ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), a qual passará a ter o orçamento para o ano de 2013, no valor de R\$ 5.048.040,00 (cinco milhões, quarenta e oito mil e quarenta reais), 2,00% (dois por cento).” Em Discussão e votação foi a referida emenda aprovada por seis votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Edison Cardoso de Sá e Rainero Venturini; a seguir, foi apreciado em Primeira Discussão o Projeto de Lei nº 022/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013, e dá outras providências; Em Discussão, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao Sr. Presidente de deixar claro ali que o Governo mandou que iria ser criada uma autarquia previdenciária para este ano, para administrar o PREVJaguariúna, e na LDO não estava previsto orçamento para isso, como iria tocar? Disse que gostaria que alguém do Governo, da base do Governo, o Líder, lhe comunicasse, e que veio uma lei que falava que, a partir deste ano iria ter uma autarquia, um

instituto, não sabia, previdenciário, onde iria ter cargos, gastos, tudo e não tinha orçamento para isso, como iria ser feito, perguntou; disse que gostaria que alguém lhe explicasse, porque no dia anterior o Secretário de Finanças disse que não existia recursos para isso, e de onde iria sair isso daí, perguntou; a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos, dizendo que, de fato, no dia anterior, na audiência pública que teve na Casa, que aliás, como tantas outras que aconteciam estava vazio, foi publicado em jornal, tinham três cidadãos, mas de fato foi questionado o Secretário sobre isso e ele disse que não estava na previsão orçamentária; comentou entender que isso foi votado pela Câmara, foi aprovado, e que ele entendia que quarenta por cento de remanejamento era a solução que tinha para poder mexer nisso daí, e que achava que o bom senso deveria ser usado acima de tudo; desejou boa noite e agradeceu. A seguir, em votação foi o projeto de lei aprovado por unanimidade de votos; a seguir, foi apreciado o Projeto de Lei nº 024/2012 da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). O Sr. Presidente suspendeu a sessão para esclarecimentos necessários; terminado o tempo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e votação o referido projeto recebeu o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini e Rita de Cássia Siste Bergamasco e quatro votos contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, havendo empate na votação, o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno combinado com o art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, sendo que o mesmo votou favorável ao referido projeto, que teve o seguinte resultado final: cinco votos favoráveis e quatro contrários, sendo que o Projeto de Lei nº 024/2012 da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e dá outras providências, foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários, em primeira discussão; a seguir, seria apreciado o Projeto de Lei nº 026/2012 da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.), porém foi apresentado pelo Sr. Edison Cardoso de Sá requerimento, baseado no art. 229, do Regimento Interno,

pedindo vista ao Projeto de Lei nº 026/2012 da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores, e dá outras providências, no intervalo correspondente a entre aquela sessão e a próxima a ser realizada no dia dezoito de junho de dois mil e doze; em discussão, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse que aquele projeto de lei era para aumentar o salário dos Vereadores para o ano que viria, e que ela era contra; havendo manifestações na assembleia, ela disse: “Tita, somos a favor ou contra, Tita?!” e houve mais manifestações, ainda, na assembleia com aplausos e gritos; a Vereadora disse à Tita, cidadã presente na assembleia, que ela poderia ser vice no lugar da Cássia; disse achar que Vereador não tinha que aumentar para o ano que viria, e achava que o salário não era dos melhores, não era dos piores, e que ela nem sabia porque eles iriam deixar para a semana que viria, e que seu voto, naquele dia, seria contra, na semana que viria era contra, e sempre seria contra; achava que o salário estava de bom tamanho; a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que disse que o que eles iriam votar naquele momento, não era o aumento, era o pedido de vistas do Vereador, diante de manifestação no Plenário, ele disse que o que iriam votar naquele momento era o pedido de vistas. A seguir, em votação o requerimento recebeu o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini e Rita de Cássia Siste Bergamasco e quatro votos contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, havendo empate na votação, o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno combinado com o art. 31, Parágrafo Único, IV da Lei Orgânica do Município, sendo que o mesmo votou favorável ao referido requerimento que teve o seguinte resultado final: cinco votos favoráveis e quatro contrários, sendo o Projeto de Lei nº 026/2012 da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores, e dá outras providências encaminhado para a Décima Quinta Sessão Ordinária, a ser realizada em dezoito de junho de dois mil e doze. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezoito de junho de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezoito e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 14ª Sessão Ordinária, realizada aos 12 de junho de 2012.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

